

O Brasil sob  
Fernando Collor de Melo:  
Prospectos da Consolidação  
Democrática a partir da  
eleição presidencial de 1989\*

*Bolívar Lamounier*

---

\* O autor contou com apoio do Centro João XXII de Ação e Investigação Social, sediado no Rio de Janeiro, para a preparação deste estudo.

Tendo finalmente escolhido um presidente da República pelo voto direto, após 29 anos de espera, o Brasil terá agora de confrontar uma pesada agenda de problemas acumulados, entre os quais a iminência de uma hiperinflação, a reorganização do crescimento econômico, e a redução da pobreza absoluta e das excessivas desigualdades de renda. Estará o novo governo à altura dessa agenda? Terá o presidente eleito, Fernando Collor de Melo, o necessário apoio, num país que muitos, no calor dos debates pós-eleitorais, descreveram como “dividido”? Obterá ele do Congresso a legislação necessária, aí compreendidas as medidas anti-inflacionárias mais urgentes e as voltadas para reformas de maior alcance, no médio prazo? Em síntese, poderá ele exorcisar os fantasmas da imediata ingovernabilidade e de uma convulsão social crônica no país?

O presente ensaio cinge-se à análise da eleição. Não tem, por conseguinte, a pretensão de oferecer respostas convincentes às indagações acima. Há, porém, uma ponte inescapável entre os dois domínios. Uma análise adequada das eleições presidenciais de 1989 deve inevitavelmente cobrir pelo menos estes três aspectos principais: 1) os antecedentes do pleito, aí compreendida uma revisão global da chamada “década perdida” e os antecedentes imediatos, a partir da eleição municipal de 1988 e da expectativa generalizada de uma hiperinflação; 2) o desenvolvimento da campanha e os resultados do pleito, bem como as interpretações e debates que se seguiram; 3) uma avaliação dos parâmetros legais da eleição, notadamente do procedimento em dois turnos,

empregado pela primeira vez entre nós, e das possibilidades e expectativas que se abrem diante da existência de um novo governo. Uma quarta possibilidade seria a análise dos programas, plataformas ou ideologias partidárias. Incluí-la de maneira sistemática implicaria, porém, numa ampliação substancial do escopo deste trabalho. Optamos, assim, por tratá-la de maneira incidental, na medida em que referências dessa natureza forem necessárias ao segundo ponto do nosso roteiro, vale dizer, à análise da campanha e dos debates posteriores às duas votações.

## I. Os Anos 80: Transição cum Estagnação<sup>1</sup>

A expressão “década perdida”, cunhada por economistas e organizações internacionais, soará ao mesmo tempo incorreta e pálida aos ouvidos de qualquer cientista político que se tenha dedicado a uma análise minuciosa dos anos 80. Incorreta, porque não é possível subestimar a importância das mudanças *políticas* ocorridas, com a passagem do governo militar ao civil, a elaboração de uma nova Constituição e, agora, a eleição direta do Presidente da República. É pálida, porque não expressa com suficiente dramatismo a coincidência no tempo e a estreita combinação de uma série de dificuldades, econômicas, políticas, e até mesmo circunstanciais, como a morte de Tancredo Neves. Se levarmos em consideração essa condensação de dificuldades ao longo da década, não parecerá exorbitante a conjectura de que os problemas mais difíceis já foram resolvidos, e que a democracia brasileira tem agora uma chance razoável de consolidar-se.

Uma descrição persuasiva dos anos 80, com efeito, é que o potencial de conflito social aumentou significativamente, e num momento em que a capacidade dos

1. Para um relato mais completo da redemocratização brasileira, ver Bolívar Lamounier, *Partidos e Utopias: O Brasil no Limiar dos Anos 90* (S. Paulo; Editora Loyola, 1989).

sistemas econômico e político para acomodar tais tensões decresceu de maneira não menos palpável. Desde logo, a taxa anual de crescimento do PIB baixou de um patamar de 7 a 8% ao ano, nos anos setenta, para uma média ligeiramente superior a 2% nos oitenta - mal compensando o crescimento da população, e tendo-se em conta que essa média encobre a efetiva recessão de 1981-1983. Enquanto declinava a capacidade de absorção, representada pelo crescimento econômico, a urbanização, que nas condições brasileiras indica inequívoco aumento de tensões, aproximou-se claramente de seu "teto". A parcela da população vivendo em cidades de mais de 20 mil habitantes, que era de 30% em 1960, subiu para 46% em 1970, e seguramente ultrapassará os 50 ou 55% no censo de 1990. Mais importante ainda, o cruzamento dessas duas curvas, a declinante do crescimento, e a ascendente da urbanização, deu-se durante os 15 anos da nossa prolongada "transição" política (tomando as eleições de 1974 como marco inicial). Um reflexo desse cruzamento, é que a *participação política* aumentou substancialmente, beneficiando-se da liberdade que se alargava e como defesa contra as condições sociais que se deterioravam, notadamente ao longo da última década. Além de ser um direito e fator de aperfeiçoamento individual e social, a participação é, no longo prazo, condição necessária à consolidação do sistema democrático. O ponto que estamos destacando, entretanto, é que o aumento da participação, e por conseguinte das demandas e pressões sociais, se deu, entre nós, num momento em que era declinante a capacidade econômica e política de dar atendimento a essas demandas e pressões. A participação a que nos referimos é tanto a associativa quanto a eleitoral. Esta última, mais facilmente mensurável, não deixa margem a dúvida quanto a suas dimensões: o eleitorado brasileiro era de 16 milhões (22% da população) em 1960, ano da última eleição presidencial direta antes do regime militar; em 1989, 82 milhões (55% da população)

estavam habilitados a escolher entre Collor e Lula, sendo que 72 milhões de fato compareceram para votar no segundo turno.

A capacidade do sistema político para acomodar tensões era também declinante sob o ponto de vista da legitimidade. Este termo é aqui entendido como categoria sociológica, e não ética; ou seja, como indicador objetivo do grau de aquiescência inespecífica, ou de acatamento difuso, com que as autoridades podem contar em determinado período. O prolongamento excessivo da “abertura” e as circunstâncias sob as quais nasceu a “Nova República” reduziram a legitimidade, assim entendida, a um nível extremamente precário. A abertura brasileira não teve, como se tem freqüentemente salientado, nenhum marco nítido ou ruptura drâmica. Ao contrário da Espanha, onde a morte de Franco impôs essa nitidez, e sobretudo da Argentina, onde a guerra das Malvinas/Falklands levou o último governo militar a um completo colapso, a descompressão brasileira não foi assinalada por rupturas desse tipo. Ela se processou mediante um relaxamento progressivo dos controles, impulsionado e monitorado pelo calendário eleitoral, e pela crescente ocupação, dos espaços que assim se iam abrindo pela oposição, aí compreendida a propriamente política e a que se tem chamado de “sociedade civil”. Esse processo implicitamente negociado tornou a descompressão brasileira sem dúvida menos violenta, mas deixou sequelas graves do ponto de vista da legitimidade.

Coube a um governo sumamente enfraquecido, diria mesmo agônico, o do general Figueiredo (1979-1985), ultimar a transição. Como se não bastasse, os dois eventos que poderiam ter representado um revigoramento da legitimidade política, a eleição direta culminando o movimento das “Diretas-Já” e a posse de Tancredo Neves, não se realizaram, pelas razões conhecidas. Coube, assim, a um político de dimensões bem mais modestas,

e identificado sob muitos aspectos com o período anterior, a tarefa de conduzir a “Nova República”. Dificilmente poderia ter ocorrido, em tais circunstâncias, o revigoreamento a que nos referimos, e na escala necessária para sobrestar as tendências contrárias que se vinham avolumando. O quase zero-absoluto de legitimidade a que o ciclo militar havia chegado foi assim transportado para dentro do nascente governo civil. Recorde-se que o governo Sarney teve uma chance, em 1986, com o Plano Cruzado. Ao final daquele ano, entretanto, configurava-se plenamente o fracasso do Plano; pior ainda, a maneira pela qual o governo Sarney transmitiu o fracasso ao país (o chamado Cruzado-II) foi considerada manipulativa e censurada severamente pela opinião pública. O desapontamento no terreno da economia associou-se, dessa forma, a uma profunda crise de confiança, que acabou vitimando não apenas a momentânea popularidade do presidente, mas também os partidos políticos, principalmente o PMDB, que lhe davam sustentação. Este fato, como veremos adiante, afetou a Constituinte e teve reflexos nas duas eleições subseqüentes, a municipal de 1988 e a presidencial de 1989. Sob o ponto de vista da legitimidade das autoridades (executivo, legislativo, partidos), a década foi portanto desastrosa. Esta constatação torna ainda mais importante a constatação paralela, de que a legitimidade da democracia, *como sistema*, parece ter resistido razoavelmente bem a esse teste.

Convocar uma Constituinte (Assembléia autônoma ou Congresso), como se recorda, havia sido um dos compromissos assumidos por Tancredo Neves em sua campanha para a presidência. Este é outro aspecto que não tem merecido a devida ponderação por parte daqueles que se propõem a analisar a década passada. Elaborar uma nova Constituição num clima de razoável estabilidade, com um presidente legítimo e partidos capazes de balizar o futuro texto, já seria uma tarefa extrema-

mente complexa. Fazê-lo sem tais condições, como acabamos fazendo, é infinitamente mais difícil. Uma dificuldade específica, como ficou sugerido, é que a própria eleição de 1986, que escolheu os constituintes, tornou-se objeto de ressentimento, visto que as circunstâncias sob as quais se realizou (a popularidade que o Plano Cruzado canalizava para determinados partidos e candidatos) passaram a ser questionadas. Na linguagem mais partidária, chegou-se mesmo a cunhar a expressão "estelionato eleitoral". No que se refere ao PMDB, esse questionamento adquiriu proporções ainda maiores, não apenas por ser o maior partido e estar no governo, mas especificamente por ter feito, naquela eleição, 22 dos 23 governadores e a maioria absoluta nas duas casas do Congresso. Esse, portanto, era o tamanho do problema. Um ressentimento crescente erodia a popularidade do presidente e do maior partido do país, tido como fiador do equilíbrio institucional; essa erosão da legitimidade penetrava, como não podia deixar de ser, o próprio Congresso Constituinte, complicando sobremaneira o já difícil encargo de dar ao país uma Constituição. O novo texto foi finalmente promulgado no dia 5 de Outubro de 1988. O simples fato de havê-lo terminado, com elevado índice de consenso entre os parlamentares e frequentes oportunidades de influência por parte dos grupos sociais e entidades organizadas representou por si mesmo um passo adiante no sentido da estabilização. Poucos considerarão o texto ideal, mas não parece descabido avaliar que a Constituição se vem firmando, na ótica que ora nos ocupa: a de fornecer parâmetros estáveis para o desenvolvimento da competição político-eleitoral.<sup>2</sup>

Outro antecedente importante da eleição presidencial foi a própria eleição *municipal* de 1988. Disputada num, quadro de inflação crescente, de profundo descrédito do governo Sarney e de hostilidade difusa contra os polí-

---

2. Sobre a Constituição de 1988, na perspectiva de dois cientistas sociais, Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, "A Feitura da Nova Constituição: Um Reexame da Cultura Política Brasileira", S. Paulo, Textos Idesp, n. 31, 1989.

ticos, de uma maneira geral, a eleição municipal trouxe ganhos inquestionáveis para a esquerda. Esse avanço passou a condicionar as projeções, com relação à eleição presidencial, e por essa via, a afetar negativamente as expectativas dos agentes econômico-financeiros (empresas e aplicadores em títulos de curto prazo). Realmente, o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores), somados, saíram da eleição de 1988 bastante fortalecidos, passando a governar quase um quarto da população brasileira, na esfera municipal, incluindo-se nesta cifra uma série de cidades importantes, como o Rio de Janeiro (PDT), e São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Campinas e Santos (PT). A legislação eleitoral brasileira parece consolidada, como é notório, no tocante ao programa eleitoral gratuito em cadeia nacional de rádio e televisão. Embora a divisão do horário mantenha uma relação de proporcionalidade com as bancadas partidárias no Congresso, sendo que o PDT e o PT, somados, tinham menos de 10% do total, avaliava-se, com razão, que Lula e Brizola tinham amplas condições de crescimento eleitoral, valendo-se desse veículo. Acrescenta-se que a eleição presidencial seria em dois turnos. O cenário que se descortinava era, portanto, o de uma eleição possivelmente visada à esquerda, podendo mesmo chegar a um segundo turno com dois candidatos esquerdistas (Lula e Brizola, ou um deles e Mário Covas), e com um respaldo superior a 50% dos votos válidos para o eventual vitorioso. Ou seja, a campanha começou com a expectativa de que o futuro governo poderia ser de esquerda, com forte legitimidade, em virtude da maioria absoluta; isso, num país que saíra ambigualmente do regime militar, e onde dois novos vocábulos —hiperinflação e ingovernabilidade— começavam a ganhar crescente circulação.

## II. A Síndrome de Ingovernabilidade

Quando cientistas políticos do “primeiro” mundo começaram a falar em ingovernabilidade, há cerca de 20



anos, o que eles tinham em mente eram sobretudo mudanças culturais que pareciam erodir certas instituições e práticas da democracia representativa. Enfraquecia-se a fidelidade dos diferentes segmentos do eleitorado aos partidos políticos; diminuía o prestígio do legislativo e dos tribunais; aumentavam em certos segmentos sociais a apatia e a tendência a interessar-se somente por determinadas questões estreitas ("single-issue publics"). Na América Latina e no Brasil, ao contrário, o termo apareceu nos últimos anos com um significado bem mais concreto e contundente. No Brasil, mesmo os otimistas têm de admitir que o país tem estado à beira da hiperinflação, e que a ocorrência dela poderia levar a uma convulsão social até mais grave que a recentemente ocorrida na Argentina, com riscos para a estabilidade constitucional. A taxa mensal de inflação subiu de 10 para 30% entre maio e agosto do ano passado, chegando a 40% em novembro e a 53.5% em dezembro. Embora a indexação generalizada amortize o impacto dessas elevações, é também verdade que ela inexoravelmente empurra a inflação para patamares sempre mais elevados. As dificuldades que os atuais patamares representam para o funcionamento do sistema econômico, e a insegurança que trazem para milhões de famílias, não podem ser subestimadas.

Uma década inteira de virtual estagnação e inflação elevada leva à ingovernabilidade num sentido portanto muito mais palpável do que aquele que andou em voga no Primeiro Mundo. Não se trata apenas do enfraquecimento de instituições democráticas longamente assentadas. É, antes, o obstáculo que a crise antepõe ao enraizamento de instituições que apenas começam a se desenvolver. Nesse contexto, as instituições, melhor dizendo, as organizações, que se fortalecem são sobretudo aquelas voltadas para a defesa de interesses corporativos, ou seja, sindicatos e outras associações dedicados à defesa de interesses setoriais, não raro estreitamente definidos. Esse tipo de comportamento é compreensível, mas

não se pode subestimar seu antagonismo potencial com as instituições mais amplamente *representativas*, notadamente o Congresso e os partidos políticos; nem desconhecer que, além de certo limite, seu fortalecimento dificulta a tarefa de governar, e especialmente a de tentar conter o processo inflacionário. A própria estrutura do Estado brasileiro tende a tornar mais grave esse processo. Fortemente presente na economia como empresário e como agente regulador e redistributivo, o aparelho estatal tende a sobre-estender-se, e dessa forma a tornar-se cativo dos interesses corporativos a que nos referimos e/ou de suas diferenciadas clientelas. É o que se tem chamado de “balkanização”, vale dizer, a virtual autosuficiência de determinados setores. Conjeturava-se, há vários anos, que um presidente legítimo, eleito pelo voto popular, poderia inverter essa tendência à fragmentação: a este ponto retornaremos adiante.

Outro aspecto da ingovernabilidade é a coexistência entre “utopias” econômicas e institucionais tendencialmente conflitantes. O pressuposto deste raciocínio é que um sistema se torna ingovernável quando se torna momentaneamente incapaz de escolher e fixar uma direção para sua futura evolução. Em sistemas políticos, essas escolhas baseiam-se nas “utopias” disponíveis, ou seja, nas diferentes visões quanto ao que seriam futuros viáveis, e/ou desejáveis. Se as utopias (visões) disponíveis forem demasiado “utópicas” (inviáveis), ou se o sistema não pode rapidamente aferir qual delas tem maior consenso, esse componente subjetivo passa a complicar ainda mais a crise, caracterizando uma situação de paralisia decisória. A presente situação brasileira, devido às dificuldades acumuladas ao longo da década, pode muito bem estar caminhando nesse sentido. No tocante à economia, há pelo menos três utopias conflitantes, que podem ser identificadas indagando-se sobre o papel do setor público. As alternativas vão de um extremo “estatizante” (aqueles

que desejariam um papel mais amplo para o setor público) ao “neoliberalismo” (aqueles que prefeririam afastar o Estado de uma ampla gama de atividades, confiando maior soma de decisões ao mercado). Estes dois extremos são “utópicos” (irrealistas), se considerarmos que nenhum dos dois consegue persuadir suficientemente a sociedade de sua própria viabilidade e desirabilidade. Mais grave ainda, e isto é praticamente a definição de crise, o próprio *status quo* (a atual repartição da economia entre os setores público e privado) tornou-se instável, talvez insustentável, ao implicar uma elevada transferência de recursos da parte mais para a menos eficiente da economia, via déficit público. O virtual descontrole inflacionário reflete esse desequilíbrio subjacente.

Análise até certo ponto semelhante pode ser feita com referência à coexistência entre utopias político-institucionais. Há, por um lado, a utopia participatória, isto é, a visão de uma democracia muito mais descentralizada, ou quase direta. Essa utopia encontra ressonância no PT (Partido dos Trabalhadores), bem como no meio religioso e em certos segmentos profissionais, como os advogados. A nova Constituição brasileira deu um alcance considerável à participação direta enquanto princípio abstrato, embora não necessariamente no plano dos mecanismos concretos. Por outro lado, a utopia parlamentarista, colimando não apenas a implantação formal de um regime parlamentarista, mas o reforço dos mecanismos representativos, de maneira geral, por meio de mudanças na legislação partidária e possivelmente pela mudança do sistema eleitoral (da representação proporcional clássica para um sistema misto, mais ou menos como o praticado na Alemanha Ocidental). É importante frisar que a própria Constituição, embora confirmando o regime presidencialista, prevê um plebiscito sobre a forma de governo (parlamentarismo/presidencialismo), a realizar-se em 1993. Não se trata, por conseguinte, de

um debate acadêmico, e sim de um processo inconcluso de reorganização institucional. O próprio Congresso Constituinte, ao prever o plebiscito nas Disposições Transitórias da nova Constituição, implicitamente definiu sua opção presidencialista como provisória.

Há, finalmente, a utopia presidencialista, mas aqui há uma importante distinção a ser feita. O sistema presidencialista estabelecido pela letra da nova Constituição pode ser considerado equilibrado, ou equipotente, na medida em que atribui poderes e prerrogativas substanciais ao Legislativo e fortalece o Judiciário. Contudo, afirma-se com frequência que o substrato do presidencialismo na cultura política brasileira é plebiscitário, e não equipotente, nesse sentido; ou seja, que a preferência pelo sistema presidencial baseia-se entre nós, como em toda a América Latina, numa cultura política fundada em valores autoritários, hierárquicos e personalistas. Se esse pressuposto tiver validade, teremos de concluir que a prática do presidencialismo nos limites da Constituição frustrará em alguma os adeptos daquele presidencialismo plebiscitário. Em outras palavras, parece existir um conflito latente entre as expectativas culturais (que conduzem ao presidencialismo plebiscitário) e a realidade constitucional (um presidencialismo mais equilibrado, tendendo ao modelo norte-americano, apesar do complicador adicional que é sua combinação com a representação proporcional e o multipartidarismo).<sup>3</sup>

Outra conexão entre os modelos institucionais e a questão da ingovernabilidade vem sendo dramatizada pela situação argentina. Trata-se do vertiginoso encurtamento do período inicial de apoio ao presidente eleito.

---

3. Esse conflito latente não tem sido ressaltado no debate público. Uma exceção, curiosamente, foi o editorial do jornal *O Globo* de 15/12/89: (Se eleito, Collor)... terá seu poder vinculado plebiscitariamente à maioria do povo, o que o distanciará do poder político organizado e poderá erguer grandes barreiras à sua administração, nos limites estabelecidos pela Constituição".

Para bem aquilatar o alcance deste problema, temos de partir desta indagação: por que os adeptos do presidencialismo plebiscitário crêem que esse modelo assegura melhores condições de governabilidade, enquanto o parlamentarismo seria praticamente sinônimo de instabilidade? De onde provém, segundo essa linha de pensamento, a efetiva autoridade de um presidente da República? A premissa parece ser que o de um presidente da República? A premissa parece ser que o *apoio difuso* por ele obtido, primeiro pela eleição direta e em seguida por meio da liderança simbólica que exerce, permite-lhe sobrepair aos interesses sociais em conflito, e dessa forma imprimir coerência e continuidade aos programas governamentais. A amplitude de sua base eleitoral (o país inteiro) e a duração fixa de seu mandato, como parâmetros constitucionais, reforçam aquela condição de autoridade efetiva. Pois bem, o exemplo argentino, e também o brasileiro, a partir do colapso do Plano Cruzado, parecem indicar uma situação qualitativamente distinta, caracterizada por um ciclo cada vez mais curto de popularidade presidencial, ou, dizendo-o ao contrário, uma erosão cada vez mais rápida dessa popularidade. O caso de Alfonsín já havia sido dramático, neste sentido, pois não permitiu o cumprimento integral do mandato, cuja pre-figação é justamente a pedra angular do sistema presidencialista. Menem, eleito em seguida, já parece atravessar uma crise aguda, cuja explicação é tão simplesmente a erosão decorrente do descontrole inflacionário. Se forem corretas estas observações, impõe-se claramente a indagação, se em tais circunstâncias o sistema presidencialista representa uma maior garantia de governabilidade, ou, ao contrário, uma maior vulnerabilidade à crise. Sem resultados palpáveis no "front" económico, a autoridade presidencial parece tornar-se rapidamente uma fração do que era inicialmente, com a circunstância agravante do mandato fixo, que nesse ca-

so deixa pela frente a vários anos de um mandato enfraquecido, mas cujo cumprimento se impõe, como condição de regularidade constitucional.

As indicações acima sugerem, por conseguinte, que também na esfera institucional o *status quo* (o sistema presidencialista) tornou-se instável, carente de readaptações e, neste sentido, utópico. Incertezas deste porte, na economia e no arcabouço político-institucional, podem aprofundar a sensação de ingovernabilidade que se instalou no país nos últimos anos. Essa, entretanto, é a moldura onde se enquadra a recente eleição do presidente Fernando Collor de Melo.

### III. Uma Ascensão Fulminante

Antes de examinar as interpretações da eleição, vale a pena rememorar aqui alguns dados básicos. A campanha presidencial de 1989 a rigor começou, como foi anteriormente assinalado, com as eleições municipais de 1988, com o inegável fortalecimento da candidatura de Brizola e a conquista pelo PT de várias prefeituras importantes. No primeiro semestre de 1989, mais uma vez, o governo federal sofria o desgaste de outro plano de estabilização fracassado (o Plano Verão), o que lhe retirava praticamente em definitivo qualquer possibilidade de influência positiva sobre a campanha. Os dois maiores partidos no Congresso (PMDB e PFL), além de não se recuperarem do descrédito que se iniciara com o colapso do Plano Cruzado, envolveram-se em prolongadas e desgastantes *démarches* internas para a definição de seus respectivos candidatos (Ulises Guimarães-Waldir Pires e Aureliano Chaves-Cláudio Lembo, respectivamente).

O PSDB, embora tivesse uma candidatura “natural”, a de Mário Covas, também enfrentou dificuldades consideráveis. Uma delas era a imagem de “radical” que

boa parte do empresariado havia formado em relação a Covas, desde sua atuação na Constituinte. Possivelmente para compensar essa primeira dificuldade, o partido procurou um vice de perfil mais conservador, fixando-se finalmente em Roberto Magalhães, ex-governador de Pernambuco. A tentativa revelou-se traumática em dois momentos distintos: primeiro, por não ter sido bem assimilada pela esquerda do partido, tornando tensa e polêmica a consagração de chapa pela convenção do partido, em Belo Horizonte; segundo, pelos desentendimentos entre Magalhães e o PSDB de Pernambuco, que culminaram na renúncia do candidato à vice-presidência, poucos dias após a aprovação de seu nome. Esses fatos sem dúvida influenciaram negativamente a campanha de Mário Covas. Sua candidatura só voltaria a produzir impactos significativos nos debates televisionados e a poucos dias do pleito, quando ocorreu uma mobilização significativa a seu favor em São Paulo e outras grandes cidades. Acentuava-se, portanto, o prognóstico de uma eleição com melhores chances para a esquerda, e nesse caso mais para Brizola, visto que o PT também enfrentou dificuldades para a escolha do vice e demorou a subir nas pesquisas.

Se o cenário da eleição “esquerdizada” não se configurou claramente, isto se deveu evidentemente à fulminante ascensão da candidatura Fernando Collor de Melo, que começou a crescer desde fevereiro-março, após a primeira requisição de horário para propaganda partidária, e alcançou um patamar superior a 40% nas pesquisas, a partir do início de junho (ver tabela 1). Collor permaneceria nessa marca até o final de setembro, e mesmo perder pontos, conservou o primeiro lugar entre os 22 candidatos. Essa surpreendente ascensão ajudou a congelar a candidatura de Leonel Brizola na marca dos 15% e as demais em patamares bem mais modestos. Às vésperas do horário eleitoral gratuito, em setembro, havia a suposição

Tabela 1<sup>(\*)</sup>

## SUCESSÃO PRESIDENCIAL

(Evolução dos candidatos nas pesquisas eleitorais,  
segundo a cédula oficial de votação - em %)

| DATAFOLHA    |     |     |     |     |     |     |          |        |       |       |        |
|--------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----------|--------|-------|-------|--------|
|              | Abr | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Novembro |        |       |       |        |
|              |     |     |     |     |     |     | 1-3/11   | 6-7/11 | 10/11 | 14/11 | 15/11* |
| Collor       | 17  | 42  | 38  | 41  | 33  | 26  | 25       | 24     | 27    | 26    | 30     |
| Brizola      | 15  | 11  | 12  | 14  | 15  | 15  | 15       | 14     | 14    | 14    | 14     |
| Lula         | 14  | 7   | 6   | 5   | 7   | 14  | 16       | 15     | 15    | 15    | 18     |
| Ulysses      | 7   | 5   | 4   | 3   | 3   | 4   | 4        | 3      | 4     | 5     | 4      |
| Covas        | 7   | 5   | 6   | 5   | 6   | 9   | 9        | 9      | 11    | 11    | 10     |
| Maluf        | 6   | 4   | 7   | 7   | 7   | 9   | 9        | 7      | 9     | 9     | 8      |
| Aureliano    | 4   | 2   | 1   | 1   | 1   | 1   | 1        | -      | -     | -     | -      |
| Afif         | 1   | 1   | 2   | 3   | 7   | 5   | 3        | 4      | 5     | 5     | 4      |
| Freire       | 2   | 1   | 2   | 2   | 2   | 2   | 1        | 1      | 2     | 2     | -      |
| Caiado       | 1   | 1   | 1   | 1   | 1   | 1   | 1        | -      | -     | -     | -      |
| Outros       | 4   | -   | -   | -   | 1   | 1   | -        | 3      | 3     | -     | -      |
| Branco/nulos | 11  | 7   | 4   | 4   | -   | -   | 1        | 7      | 3     | -     | -      |
| Indecisos    | 11  | 14  | 17  | 14  | -   | -   | 9        | 7      | 7     | 9     | -      |

## IBOPE

|              | Maio | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Novembro |         |       |        |  |
|--------------|------|-----|-----|-----|-----|-----|----------|---------|-------|--------|--|
|              |      |     |     |     |     |     | 2-5/11   | 6-10/11 | 14/11 | 15/11* |  |
| Collor       | 32   | 43  | 41  | 42  | 34  | 28  | 28       | 26      | 30    | 30     |  |
| Brizola      | 15   | 11  | 13  | 15  | 14  | 15  | 15       | 14      | 16    | 17     |  |
| Lula         | 11   | 8   | 6   | 6   | 9   | 14  | 14       | 13      | 14    | 17     |  |
| Ulysses      | 7    | 5   | 5   | 3   | 4   | 5   | 5        | 4       | 4     | -      |  |
| Covas        | 5    | 3   | 4   | 4   | 6   | 8   | 8        | 9       | 10    | 11     |  |
| Maluf        | 5    | 4   | 6   | 6   | 8   | 9   | 7        | 8       | 9     | 9      |  |
| Aureliano    | 2    | 2   | 1   | 1   | 1   | 1   | 1        | 1       | 1     | -      |  |
| Afif         | 1    | 1   | 1   | 2   | 7   | 4   | 4        | 4       | 4     | -      |  |
| Freire       | 1    | 1   | 1   | 1   | 1   | 1   | 1        | 1       | 1     | -      |  |
| Caiado       | 0    | 0   | 1   | 1   | 0   | 1   | 1        | 1       | -     | -      |  |
| Outros       | -    | -   | -   | -   | -   | 1   | 1        | -       | -     | -      |  |
| Branco/nulos | 6    | 6   | 5   | 4   | 4   | 4   | 5        | 3       | 3     | -      |  |
| Indecisos    | 13   | 17  | 16  | 15  | 12  | 9   | 8        | 8       | 7     | -      |  |

\*Pesquisa feita na boca de urna.

(\*) Reproduzida da Gazeta Mercantil, 16/11/89



generalizada de que o “fenômeno Collor” explodiria instantaneamente, sob o impacto da comparação com os demais candidatos. Isso, evidentemente, não ocorreu. Cada vez mais, numa trajetória que vinha desde abril/maio, sua vantagem nas pesquisas passou a representar uma enorme vantagem tática, permitindo-lhe, por exemplo, decidir se e sob que condições compareceria a debates. Não compareceu a nenhum antes do primeiro turno. Ou seja, a própria trajetória de Collor já foi aos poucos configurando uma polaridade perigosa, que era o fato de se haver tornado um alvo para todos os demais.

Os resultados do primeiro turno acham-se resumidos na tabela 2. Conforme o esperado, Collor venceu por larga margem, com 28.5% do total de votos, 12.5 pontos percentuais de vantagem sobre Lula, o segundo colocado. Os números prestaram-se, como sempre, a uma variedade de interpretações. Numa leitura em termos de esquerda e direita, podia-se demonstrar que Lula, Brizola, Covas e Roberto Freire, somados, alcançaram 43.4% dos votos, contra 42% dados a Collor, Afif, Maluf e Caiado. Mas era também possível afirmar que os quatro mais votados (Collor, Lula, Brizola e Covas) representavam diferentes vertentes de um anseio de “mudança”; neste sentido, 70% dos eleitores, no mínimo ter-se-iam pronunciado pela renovação. A questão das interpretações será retomada adiante. De qualquer forma, a vitória de Lula sobre Brizola no primeiro turno armou o palco para um confronto realmente dramático no segundo. De um lado, Collor, descendente de famílias abastadas, sem um partido ou apoio social organizado, e já a essa altura sob pesada barragem crítica, visto pelos segmentos mais escolarizados da sociedade e por grande parte da imprensa como um aventureiro, populista ou demagogo. Seus trunfos, no segundo turno, eram a vantagem que já ostentava nas pesquisas, a vitória no primeiro turno, e o temor ao PT, cujas dimensões teriam de ser melhor afe-

**Tabela 2****RESULTADOS OFICIAIS DO PRIMEIRO TURNO<sup>(\*)</sup>**

| Colocação | Nome        | Total de votos | % sobre o total |
|-----------|-------------|----------------|-----------------|
| 1         | Collor      | 20.611.011     | 28,52           |
| 2         | Lula        | 11.622.673     | 16,08           |
| 3         | Brizola     | 11.168.228     | 15,45           |
| 4         | Covas       | 7.790.392      | 10,79           |
| 5         | Maluf       | 5.986.575      | 8,28            |
| 6         | Afif        | 3.272.462      | 4,53            |
| 7         | Ulysses     | 3.204.932      | 4,43            |
| 8         | Freire      | 769.123        | 1,06            |
| 9         | Aureliano   | 600.838        | 0,83            |
| 10        | Caiado      | 488.846        | 0,68            |
| 11        | Camargo     | 379.286        | 0,52            |
| 12        | Enéas       | 360.561        | 0,50            |
| 13        | Marronzinho | 238.425        | 0,33            |
| 14        | PG          | 198.719        | 0,27            |
| 15        | Zamir       | 187.155        | 0,26            |
| 16        | Livia       | 179.922        | 0,25            |
| 17        | Mattar      | 162.350        | 0,22            |
| 18        | Gobeira     | 125.842        | 0,17            |
| 19        | Brant       | 109.909        | 0,15            |
| 20        | Pedreira    | 86.114         | 0,12            |
| 21        | Horta       | 83.286         | 0,12            |
| 22        | Correa*     | 4.363          | 0,01            |
|           | Branco      | 1.176.413      | 1,43            |
|           | Nulos       | 3.473.484      | 4,23            |
|           | Abstenções  | 9.793.809      | 11,94           |
|           | Total       | 82.074.718     | 100,0           |

\* A candidatura foi impugnada pelo TSE e os votos serão considerados nulos.

(\*) Reproduzida da Folha de S. Paulo, 22/11/89.

ridas. Do outro lado, Lula, ex-torneiro mecânico, ex-líder sindical, representando a primeira chance real, no Brasil, de uma coalizão nitidamente de esquerda chegar ao poder. A primeira pesquisa após o primeiro turno mostrou um score de 52 a 38 para Collor, vantagem substancial, sem dúvida, mas que muitos esperavam bem maior, naquela altura dos acontecimentos. Na batalha pelos apoios, Lula produziu fatos bem mais significativos, conseguindo o apoio, embora com restrições, de Brizola e do PSDB. A medida em que sucessivas sondagens do eleitorado apontavam para uma redução da distância entre Collor e Lula, a campanha tendeu a polarizar-se fortemente, tanto em termos ideológicos quanto pessoais. A cinco dias do último debate televisionado. Collor inseriu em seu programa gratuito o chamado “caso Miriam”, isto é, um amargo depoimento da ex-mulher de Lula, apresentando o candidato petista como mau marido e mau pai. No último debate, a três dias da eleição, a desenvoltura do candidato do PRN foi inegavelmente maior que a de Lula, superioridade essa ampliada, segundo diversos especialistas, pelo chamado “efeito secundário” do debate, isto é, a veiculação editada do mesmo pelos meios de comunicação (voltaremos adiante ao “affair TV Globo”) e pelas redes de influência informal entre os próprios eleitores. Na votação do dia 17 de dezembro, 35 milhões de eleitores (43% do total) deram a vitória a Collor, contra 31 milhões (38%) que votaram em Lula, 11.8 milhões (14.3%) de abstenções e 4 milhões (5%) de votos em branco e nulos (tabela 3).

#### **IV. Relendo as Interpretações**

O acirramento da campanha entre o primeiro e o segundo turnos deu cores ainda mais acentuadas a uma série de interpretações que se vinham desenvolvendo desde muito antes, e que por caminhos diversos impli-

**Tabela 3<sup>(\*)</sup>**  
**ELEIÇÕES 89**

| Area geográfica                   | Brasil               |            |
|-----------------------------------|----------------------|------------|
| Eleitorado da área                | 82.074.718           |            |
| Eleitorado das seções totalizados | 82.074.718 (100,00%) |            |
| Comparecimento                    | 70.260.701 (85,61%)  |            |
| Discriminação                     | Valor Absoluto       | Percentual |
| Collor                            | 35.089.998           | 42,75%     |
| Lula                              | 31.076.364           | 37,86%     |
| Votos Brancos                     | 986.446              | 1,20%      |
| Votos Nulos                       | 3.107.893            | 3,79%      |
| Abstenção                         | 11.814.017           | 14,40%     |
| Total                             | 82.074.718           | 100,00%    |

Fonte: TSE

**VOTAÇÃO POR ESTADO**

| UF  | Eleitorado | Apurados % | Lula % | Collor % | Abstenção |
|-----|------------|------------|--------|----------|-----------|
| AC  | 182.797    | 100,00     | 21,72  | 48,74    | 25,34     |
| AL  | 1.210.797  | 100,00     | 17,75  | 56,41    | 20,33     |
| AM  | 842.083    | 100,00     | 23,45  | 47,16    | 26,59     |
| AP  | 118.144    | 100,00     | 25,33  | 45,52    | 26,46     |
| BA  | 5.893.861  | 100,00     | 33,61  | 35,94    | 24,76     |
| CE  | 3.351.606  | 100,00     | 33,40  | 44,11    | 18,42     |
| DF  | 857.330    | 100,00     | 52,70  | 31,37    | 11,29     |
| ES  | 1.407.759  | 100,00     | 33,64  | 49,01    | 12,46     |
| GO  | 2.199.965  | 100,00     | 24,33  | 52,75    | 19,13     |
| MA  | 2.144.352  | 100,00     | 24,34  | 40,44    | 30,96     |
| MG  | 9.433.103  | 100,00     | 35,57  | 44,38    | 14,95     |
| MS  | 1.002.232  | 100,00     | 21,54  | 57,78    | 17,19     |
| MT  | 1.027.972  | 100,00     | 23,39  | 46,21    | 27,21     |
| PA  | 2.186.852  | 100,00     | 19,19  | 50,57    | 27,50     |
| PB  | 1.756.417  | 100,00     | 34,53  | 42,14    | 18,18     |
| PE  | 3.764.143  | 100,00     | 40,09  | 38,67    | 15,98     |
| PI  | 1.334.282  | 100,00     | 30,86  | 44,26    | 20,34     |
| PR  | 5.045.626  | 100,00     | 26,91  | 55,36    | 12,92     |
| RJ  | 8.196.547  | 100,00     | 63,79  | 23,69    | 8,68      |
| RN  | 1.298.088  | 100,00     | 37,17  | 41,23    | 15,84     |
| RO  | 557.781    | 100,00     | 24,40  | 42,00    | 30,31     |
| RR  | 73.001     | 100,00     | 16,94  | 54,68    | 26,28     |
| RS  | 5.700.461  | 100,00     | 59,06  | 26,89    | 3,55      |
| SC  | 2.729.916  | 100,00     | 42,23  | 42,77    | 9,74      |
| SE  | 776.071    | 100,00     | 26,91  | 51,99    | 14,37     |
| SP  | 18.500.980 | 100,00     | 36,43  | 50,11    | 7,50      |
| TO  | 464.060    | 100,00     | 13,48  | 48,92    | 34,44     |
| ZZ* | 18.492     | 100,00     | 30,45  | 24,56    | 43,18     |

\* Votos no Exterior

Fonte: TSE

(\*) Reproduzida da Gazeta Mercantil, 22/12/89.

cavam em forte rejeição à candidatura de Fernando Collor de Melo. Na capa que dedicou ao desfecho do processo sucessório, a revista *Veja* chegou mesmo a falar em vitória num país “dividido” título que o tempo talvez demonstre ter sido exagerado, mas que inegavelmente exprimia o *day after* da eleição.

Trata-se, evidentemente, de matéria sumamente controversa, capaz de acionar exaltadas reações emocionais. Do ângulo que ora nos interessa, entretanto, talvez não seja tão difícil fixar os fatos mais importantes e, em seguida, mapear e distinguir adequadamente os julgamentos que sobre eles incidiram. Desde muito antes, ainda no primeiro turno, a candidatura Collor era percebida de maneira muito negativa pela esquerda, de modo geral, por boa parte da imprensa e pelos segmentos sociais mais instruídos. A imagen dominante era a de uma candidatura “fabricada pela rede Globo”, baseada numa campanha demagógica (a “caça aos marajás”), à margem dos partidos e organizações realmente representativas (evocando Jânio Quadros), além de uma personalidade instável (outra vez evocando Jânio) e turbulenta. Collor, porém, conseguiu desde o início uma aceitação entre os eleitores do Norte e do Centro-Oeste, de grande parte do Nordeste, das cidades de menor porte, de modo geral, e mesmo entre os estratos de baixa renda das grandes metrópoles. Estava pois configurada, independentemente do que se viria a passar entre os dois turnos, a possibilidade de um antagonismo acentuado no debate público, dada a importante base eleitoral do candidato, por um lado, e a não menos importante presença dos setores que o combatiam no processo de formação da opinião.

Conhecidos os resultados do primeiro turno, Collor provavelmente esperava poder contar com adesões de centro ou centro-esquerda que atenuassem parte daquela percepção negativa e, ao mesmo tempo, isolassem o can-

didato do PT na extrema-esquerda, como um “radical”. Sabidamente, essa adesão não ocorreu; mais ainda, a cúpula do PMDB e do PSDB, esta última após difíceis e prolongados debates internos, excluiu preliminarmente a hipótese da adesão, recusando-se inclusive a examinar o programa do PRN. Configurava-se, pois, e contra Collor, a polarização implícita na regra dos dois turnos. As primeiras pesquisas (como foi dito) e o primeiro debate televisionado entre os dois candidatos esboçaram com crescente nitidez um cenário de crescimento e possivelmente de vitória para Lula. Dentro desse quadro negativo é que se deu a “direitização” da campanha de Collor, vale dizer, o acirramento ideológico (anti-comunismo) e os ataques pessoais (o “caso Miriam”, relatado na seção anterior).

São duas questões distintas, sem dúvida. O ataque pessoal, e principalmente a utilização da ex-mulher de Lula, foram repudiados e censurados pela imprensa. Foi, sem dúvida, uma invasão da esfera privada do adversário, como tal censurável. Há quem afirme que, nos Estados Unidos, a vida privada dos homens públicos é devassada com igual ou maior agressividade; há também quem diga que isso ocorre, mas por iniciativa de uma imprensa independente, não sob o patrocínio de um candidato, no horário oficial da campanha. Quanto ao acirramento ideológico, era perfeitamente previsível como estratégia de campanha, uma vez configurada a recusa de apoio por parte dos partidos de centro e centro-esquerda. Impossibilitado de ampliar o seu espectro, e vendo que essa ampliação começava a ser feita em favor do adversário, Collor tratou de consolidar sua retaguarda, explorando o anti-comunismo e certo temor difuso ao PT.<sup>4</sup>

4. Uma análise equilibrada das resistências ao PT foi publicada no *Jornal do Brasil* de 23/12/89 pelo antropólogo Gilberto Velho: “O universo das camadas médias, por exemplo, teve e terá um papel decisivo no encaminhamento das grandes questões políticas nacionais. Cabe compreendê-lo melhor, sem simplificações e maniqueísmos. É necessário lembrar que não foram poucos aqueles que, assustados com a truculência da campanha de Collor, nem por isso votaram em Lula, preferindo anular ou deixar em branco o seu voto”.

Para os objetivos deste estudo, entretanto, faz-se mister uma leitura mais abrangente desses acontecimentos, sem prejuízo do debate sobre os aspectos éticos e ideológicos envolvidos. Essa leitura pode ser feita com base em duas amplas coordenadas históricas — a participação e a pacificação das disputas — há muito reconhecidas como cruciais no desenvolvimento dos sistemas democráticos. Por participação entenda-se a extensão da cidadania, vale dizer, a ampliação do corpo eleitoral até aquele limite onde não há mais exclusões ou discriminações injustificáveis. Essa ampliação, naturalmente, expande o escopo da competição política, a sua agenda substantiva, por assim dizer, visto que os interessados numa disputa elitizada nunca constituem uma amostra adequada dos interesses potencialmente representáveis. Por pacificação entenda-se o progressivo reconhecimento da legitimidade do adversário, e por conseguinte da alternância no poder, que passa a ser regulada exclusivamente pela disputa eleitoral, com os procedimentos que lhe são próprios.<sup>5</sup>

Há, evidentemente, uma leitura laudatória, mas nem por isso errônea, da participação: refiro-me ao discurso celebratório, no qual se manifesta o orgulho nacional pelas atuais dimensões do eleitorado, e a convicção de que o volume ora alcançado constitui indício seguro de maturidade democrática. O mais importante, porém, é que a ampliação do corpo eleitoral instaura um dos requisitos decisivos do processo democrático, qual seja, a sua *incerteza*: a impossibilidade do “voto de cabresto” ou de qualquer manipulação capaz de determinar decisivamente os resultados globais. Não se trata, por conseguinte, de uma simples constatação ou celebração, mas, com efeito, de um debate sobre um dos requisitos fundamentais do processo, e portanto sobre sua legitimidade.

5. Sobre participação e pacificação, ver Robert Dahl, *Polyarchy* (New Haven: Yale University Press, 1971); B. Lamounier, “Brazil: Inequality against Democracy”, in Larry Diamond, Juan Linz & S.M. Lipset, editors, *Democracy in Developing Countries: Latin America* (Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1989).

Deste ponto de vista, é importante o fato de que as objeções suscitadas (caso da falta de transporte em Salvador, transporte ilegal de eleitores nas áreas rurais, etc) não tenham sido consideradas procedentes nem mesmo no debate pela imprensa; vale dizer, não tenham sido persuasivas na tentativa de apontar ingerências capazes de comprometer a legitimidade dos resultados globais.

Da mesma forma, a arguição de ilegitimidade dos resultados, que chegou a ser esboçada isoladamente por jornalistas e porta-vozes do PDT e do PT. É significativo que críticos acerbos da candidatura Collor, como por exemplo o jornalista Ricardo Noblat, do *Jornal do Brasil*, tenham escrito: "Pode-se combater o que Collor representa - questionar a legitimidade da eleição dele, não" (21/12/89). Na mesma linha, a *Folha de S. Paulo*, em editorial, ressaltou a posição de Lula, que reconheceu sem subterfúgios a derrota eleitoral, mas censurou severamente o questionamento da legitimidade esboçado pela Executiva Nacional do PT e pelo presidente do PDT, Leonel Brizola (20/12/89). Ou seja, apesar do acirramento ideológico e da indevida introdução de elementos emocionais na disputa, parece claro que avanços importantes podem ser registrados nestas duas dimensões fundamentais do processo democrático (a expansão da participação e o reconhecimento da legitimidade do adversário).

## V. Conclusões e Perspectivas

Uma indagação importante a respeito da eleição de 1989 é sobre a validade do procedimento em dois turnos. Pode-se considerar bem sucedida a experiência? A maioria absoluta traz realmente um reforço substancial à legitimidade e à autoridade do presidente? Tentar extrair conclusões definitivas a esta altura seria sem dúvida insensato. Não obstante, há boas razões para um reexame preliminar, visto que a eleição em dois turnos não parece



ter atendido a algumas das expectativas que levaram a sua introdução. Apontaremos três dessas expectativas, embora frisando sempre que se trata de um tema para reflexão, não de uma posição definitiva. Primeiro, a suposição de que a eleição em dois turnos força os contendores finais à moderação, visto que um e outro precisam conquistar um voto de "centro". Num país com diferenciais de renda tão íngremes e sob o efeito de elevadas taxas de inflação, essa hipótese de uma lógica necessariamente centrípeta deve ser tomada com cautela. Não é seguro que exista um eleitorado centrista ao mesmo tempo estável e numeroso. Segundo, a noção de que alianças *consistentes*, capazes de estabilizar programaticamente o futuro governo, possam surgir das alianças *eleitorais* que os dois candidatos mobilizam entre o primeiro e o segundo turnos, com o objetivo de conquistar a maioria. Esta possibilidade parece remota num país que não dispõe de uma estrutura partidária sedimentada e adequadamente diferenciada, sob o ponto de vista programático. Em relação à eleição de 1989, pode-se afirmar sem temor a erro que as próprias alianças *eleitorais* se estabeleceram com grande dificuldade: o apoio do PSDB a Lula, por exemplo, foi precedido de debates internos nos quais porta-vozes eminentes do partido formularam objeções de fundo; o do PDT foi concedido com ambiguidades, não obstante a grande demonstração de força eleitoral dada por Brizola no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Num plano mais amplo, pode-se afirmar que a *combinação* da regra dos dois turnos com a proliferação partidária, esta última estimulada por uma legislação permissiva, acentua extraordinariamente a fragmentação, dado o incentivo ao isolamento que todos os partidos percebem no primeiro turno. No segundo, três semanas depois, o que se pode esperar, pelo menos enquanto não houver um sistema partidário melhor sedimentado, são alianças eleitorais, e mesmo essas, difí-

ceis. Finalmente, a suposição de que a maioria absoluta reforça a legitimidade do presidente eleito e, dessa forma, evita crises e rupturas da ordem constitucional. Se for correta a avaliação de que estamos num “país dividido”, terá a maioria absoluta obtida por Collor, em decorrência do procedimento eleitoral, força suficiente para produzir a reaproximação? Ora, não é certo que estejamos realmente num país dividido; se estivermos, é mais provável que as divisões se esvançam pelo efeito da própria cultura política ou de outros mecanismos do sistema político que propriamente em virtude da maioria absoluta. Recorde-se que Collor sustentou notável vantagem nas pesquisas, durante vários meses, e obteve expressiva vitória no primeiro turno. Não obstante, muitos analistas acreditavam, possivelmente com razão, que ele poderia ter sido derrotado, se o contendor final fosse Mário Covas, ou mesmo Brizola. Isto significa que uma importante parcela de seus votos proveio de eleitores anti-petistas, ou seja, de eleitores tão temerosos de uma eventual vitória de Lula que prefeririam votar no candidato que pudesse derrotá-lo, fosse quem fosse - mesmo Brizola. É difícil atribuir a esse substrato eleitoral a consistência implícita na visão da maioria absoluta como uma poderosa força estabilizadora.

Esta reflexão pode ser complementada com uma comparação histórica. Em 1950, Getúlio Vargas foi eleito com 49% dos votos, quase a maioria absoluta, numa época em que não havia a eleição em dois turnos. Sua candidatura e seu governo foram asperamente questionados. A mistura de divergência ideológica com o rancor oposicionista daqueles tempos não permitiu qualquer estabilidade, e levou ao desfecho trágico, o suicídio do próprio Getúlio, em 1954. *Contrario sensu*, Juscelino Kubitschek elegeu-se com 33% dos votos em 1955, aliás não passando de 12% em São Paulo, mas logrou cumprir normalmente o seu mandato, vencendo resistências iniciais e criando

um clima de otimismo em relação ao seu quinquênio. Não se pretende extrair deste contraste nenhuma conclusão definitiva; mas se alguma indicação deve ser extraída, é sem dúvida que a maioria absoluta, por si só, não pode estabilizar um quadro político marcado por divisões ideológicas e pessoais profundas.

Passando agora aos prospectos do governo Collor, é previsível que ele vá enfrentar dificuldades consideráveis no tocante ao apoio partidário e parlamentar. Ele precisará, para conter a inflação, de medidas urgentes e profundas, notadamente com vistas ao aumento da arrecadação e à redução das despesas. O PRN tem no momento apenas 5% da Câmara dos Deputados, sendo pois inevitável o recurso a alianças possivelmente heterogêneas e instáveis. As dificuldades aumentam quando se considera que alguns dos principais partidos encontrariam dificuldades internas para oferecer o necessário apoio, caso se dispusessem a fazê-lo. O PSDB, tem passado por difíceis divergências internas quanto à atitude a assumir frente ao governo Collor. O partido deu apoio formal a Lula no primeiro turno, mas essa posição não foi assimilada por uma parcela substancial do eleitorado de Mário Covas. No Congresso, a esquerda do partido tem formulado restrições a qualquer hipótese de participação no governo Collor, e mesmo a aproximações protocolares, como o recente encontro do presidente do partido Franco Montoro, com o presidente eleito Fernando Collor de Melo. O PMDB apresenta fraturas similares na cúpula, mas sua situação, considerada globalmente, é ainda mais complexa. O partido detinha 54% da Câmara Federal no início de Constituinte, 40% ainda em junho de 1989, mas não conseguiu 5% dos votos do país no primeiro turno. Essa diferença decerto comporta variadas interpretações, mas uma delas, abraçada por alguns dos líderes do partido, é que o eleitorado quer o PMDB fora do governo. Em síntese, o governo Collor provavelmente enfrentará dificuldades para obter o

necessário apoio partidário e congressual, num momento em que a crise econômico-financeira torna esse apoio imperativo.

Terá o governo Collor a ajuda de alguma circunstância positiva? Haverá alguma razão para otimismo quanto à eficácia de seu governo, e por conseguinte quanto; a estabilidade do país e ao desenvolvimento da democracia nos próximos anos? Tais razões existem, sem dúvida. A própria profundidade da crise, com a possibilidade ainda próxima de uma hiperinflação, limita as escolhas, e isso de certa forma facilita a tarefa para Collor. Medidas que em outras circunstâncias não teriam nenhum apoio passam a ser aceitas, visto serem inevitáveis. No mesmo sentido, pode-se conjecturar que avanços modestos - a rigor, o simples fato de reverter o processo inflacionário - já serão suficientes para produzir uma avaliação inicial favorável; daí em diante a questão passaria a ser o uso feito por Collor desse capital político inicial, ou seja, a implementação (ou não) de uma agenda realista de mudanças, que envolveria certa reorganização estrutural da economia, inclusive no que diz respeito ao papel do setor público, a modernização administrativa, uma política social consistente, e medidas voltadas para a redistribuição da renda.

Tem o presidente eleito as qualidades pessoais necessárias? Este, evidentemente, é um campo aberto e ao mesmo tempo minado pelas especulações subjetivas. Nenhuma conclusão segura parece autorizada pela guerra de imagens que se desenvolveu durante a campanha eleitoral. O que se pode afirmar com alguma objetividade é que sua juventude (40 anos) poderá ser um fator importante, de um lado, com referência ao simbolismo e às atuais expectativas da sociedade, e de outro como incentivo ao desempenho, visto que o êxito lhe assegurará uma ampla carreira política, além do mandato ora conquistado. Paradoxalmente, o próprio fato de des-

cender de famílias abastadas e certa aura conservadora de sua campanha podem tornar-se fatores positivos. Reformas que encontrariam intransigente oposição se iniciadas por um partido de esquerda, sendo percebidas como o começo de uma ameaça maior, podem tornar-se viáveis. Os interesses afetados podem ser persuadidos a aceitá-las agora, em vez de enfrentá-las dentro de poucos anos, sob uma forma mais radical. Sob este ponto de vista, parece razoável afirmar que a opinião média se alterou significativamente nos últimos anos, sobretudo em comparação com a que prevalecia antes de 1964. Existe, hoje, apoio bem mais nítido para reformas redistributivas, desde que propostas e implementadas por governos bem apoiados, política e tecnicamente. Aumenta sensivelmente a convicção de que a democracia política, e o próprio capitalismo, tendem a inviabilizar-se se não houver uma substancial elevação dos pisos mínimos de bem estar e uma progressiva desconcentração da renda, de modo geral.<sup>6</sup>

Finalmente, o panorama internacional parece favorável a um programa de desenvolvimento político democrático e pluralista, desde que acompanhado de uma política social adequada. Os confrontos ideológicos internos atenuam-se, ficam mais nuançados, diante das mudanças que se operam lá fora, notadamente no Leste Europeu. Cada vez mais, as pessoas terão de perguntar-se quais são realmente os modelos políticos disponíveis no mundo atual; quais são realmente viáveis e desejáveis num país deste porte, que já atingiu significativo grau de complexidade econômica e cultural. E a resposta, naturalmente, é que não há muitos, além de uma democracia representativa com adequada orientação social.

---

6. "O ciclo eleitoral - disse o *Jornal do Brasil*, em editorial do dia 18/12/89 - representou um formidável encontro com a realidade - antes de tudo, com a realidade da pobreza". Na mesma linha, escreveu no JB do dia 21/12 o empresário Sérgio F. Quintella: "As reformas virão agora pela via democrática, sem radicalismos"; e Léo Wallace Cochrane Jr., presidente da Federação Nacional dos Bancos, na *Folha de S. Paulo* do mesmo dia: "As elites brasileiras devem conscientizar-se de que o voto do dia 17 de dezembro foi talvez a última oportunidade de revolução pacífica oferecida à nossa sociedade".